



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA

PA nº TJ-ADM-2022/11328

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
Nº 196/2022-C QUE ENTRE SI CELEBRAM
O ESTADO DA BAHIA, POR INTERMÉ-
DIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PE-
NITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO, E
CASSIA MAGALI DE ALCANTARA SIL-
VA EIRELI, PARA OS FINS QUE ESPECI-
FICA.**

O **ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.937.032/0001-60, com sede no Centro Administrativo da Bahia – CAB, 3ª Avenida, 390, 3º andar, Plataforma 4, Governadoria, Salvador, por intermédio do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, órgão do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ nº 13.100.722/0001-60, com sede e foro nesta cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Quinta Avenida, nº 560, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **NILSON SOARES CASTELO BRANCO**, inscrito no CPF/MF sob o nº 110.571.905-78, adiante denominado simplesmente **TJBA**, e da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO**, com sede no Centro Administrativo da Bahia – CAB, na Avenida Luis Viana Filho, s/n, Quarta Avenida, Plataforma VI, nesta Capital, CNPJ nº 13.699.404/0001-67, representada por seu Secretário, **JOSÉ ANTÔNIO MAIA GONÇALVES**, RG nº 107774828-SSP/BA e CPF/MF nº 787.430.525-68, designada doravante de **SEAP**, e a **CASSIA MAGALI DE ALCANTARA SILVA EIRELI**, sediada na Rua Doutor Maurício, nº 508, Lote I, Bairro Cajá, Lauro de Freitas – BA, CEP 42.722-190, inscrita no CNPJ sob o nº 21.500.919/0001-14, entre outros, representada, neste ato, pela sua sócia **Cassia Magali de Alcântara Silva**, RG nº 376538228 – SSP/BA e CPF/MF nº 758.967.105-34, residente e domiciliada na Ladeira do Arco, nº 211, Condomínio Solar do Barbalho, Apto 03, Barbalho, CEP 40.301-146, cidade Salvador/BA, Tel.: (71) 99931-0495, tendo em vista o constante no PA nº **TJ-ADM-2022/11328**, com observância da Lei Estadual n.9.433/05 e suas alterações, e da Lei Federal nº 8.666/1993, no que couber, **RESOLVEM** firmar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A cooperação entre os partícipes objetiva, prioritariamente, a conjugação de esforços com vistas à efetiva implantação de programa de reinserção social de presos condenados, sob o regime semiaberto, das Comarcas de Simões Filho/BA, Lauro de Freitas/BA e Salvador/BA, com incentivo ao trabalho e profissionalização.

Parágrafo primeiro: A parceria tem por base a Resolução nº 96, de 27 de outubro de 2009, que instituiu o Projeto Começar de Novo no âmbito do Poder Judiciário.





Parágrafo segundo: O Projeto Começar de Novo compõe-se de um conjunto de ações culturais, educativas, de capacitação profissional e de inserção no mercado de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir fielmente o Plano de Trabalho elaborado, que passa a integrar este Convênio, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS COMPETÊNCIAS

Para a consecução do objeto deste acordo, os partícipes comprometem-se, conjuntamente, a:

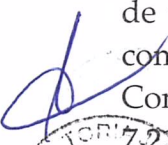
- I – adotar ações com vistas à criação de vagas de trabalho e cursos de capacitação profissional para presos, de modo a concretizar ações de cidadania que objetivem promover a redução de reincidência criminal;
- II – intercambiar informações, documentos e apoio técnico-institucional necessários à capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho para presos condenados, do regime semiaberto e fechado;
- III – acompanhar e avaliar, constantemente, a execução das ações a serem desenvolvidas;
- IV – dar publicidade às ações advindas deste ajuste, desde que não possuam caráter sigiloso;
- V – ampliar, permanentemente, a rede de parceiros do Projeto Começar de Novo.

Parágrafo primeiro: Na efetivação do compromisso constante do inciso I do caput desta cláusula, a empresa **CASSIA MAGALI DE ALCANTARA SILVA EIRELI**, contribuirá disponibilizando de 30 (trinta) vagas para sentenciados que estão em cumprimento de pena no regime semiaberto das Comarcas de Simões Filho/BA, Lauro de Freitas/BA e Salvador/BA, podendo ampliar esse número, após a qualificação dos sentenciados.

Parágrafo segundo: A seleção dos Reeducandos aptos para o trabalho, deverá ser feita pela SEAP, através do setor competente, dando ciência ao Juízo da execução, ainda que exista Portaria específica autorizando a liberação do preso para o exercício da atividade laborativa e educativa.

Parágrafo terceiro: A SEAP informará a cada interno, por escrito, mediante assinatura de termo próprio, que o trabalho, embora remunerado, não gera relação de emprego com nenhum dos partícipes deste Termo de Cooperação, não se sujeitando ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, na forma do artigo 28 e parágrafos da Lei nº

7.210/84.








Parágrafo quarto: Os Reeducandos apenas serão autorizados a trabalhar após a contratação do seguro de acidentes pessoais.

CLÁUSULA QUARTA – DA PROIBIÇÃO

É vedado utilizar de mão de obra não autorizada no presente Convênio para a realização do seu objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DA JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho dos internos será de até 08 (oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Nos termos do disposto no Art. 174, IV, da Lei Estadual 9.433, de 01/03/05, atuará como agente público fiscalizador **BEATRIZ LOPES BRANDÃO NETA**, brasileira, Coordenadora, portadora do R.G. nº 07617478-69, SSP/BA, inscrita no C.P.F. sob o nº 007.254.665-45, com endereço na Rua Alceu Amoroso Lima, nº 276 B, Caminho das Árvores, Salvador – BA, por indicação da **SEAP**, sem prejuízo do acompanhamento e orientação das atividades que visam a ressocialização dos ocupantes das vagas, direto e diariamente, pela sócia/representantes da empresa, **Cassia Magali de Alcântara Silva**, a quem compete encaminhar relatório ao Juízo das Varas de Execuções Penais das Comarcas de Simões Filho, Lauro de Freitas e Salvador, trimestralmente, com a avaliação do trabalho dos Reeducandos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA BOLSA AUXÍLIO E SEGURO

Pelos serviços prestados, a **CASSIA MAGALI DE ALCANTARA SILVA EIRELI**, pagará bolsa-auxílio em valor não inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do salário mínimo para cada Reeducando, que deverá ser repassado à SEAP, onde esta, descontando 25% (vinte e cinco por cento) do montante para o pecúlio, depositará em conta – correte do reeducando.

Parágrafo primeiro: Em acréscimo à bolsa-auxílio, a **CASSIA MAGALI DE ALCANTARA SILVA EIRELI** fornecerá, em favor dos Reeducandos, alimentação, in natura ou mediante vale-alimentação; auxílio-transporte, se necessário; bem como ressarcirá as despesas com o seguro de acidente pessoal.

Parágrafo segundo: O valor reservado a título de pecúlio deverá ser depositado pela SEAP em conta poupança, nos termos do Art. 29, § 2º, da Lei nº 7.210/84, que será levantado pelo Reeducando mediante decisão judicial.





Parágrafo terceiro: O fornecimento de vale-alimentação e auxílio-transporte serão realizados antecipadamente aos Reeducandos.

Parágrafo quarto: A contratação do seguro de acidente pessoal em favor dos Reeducandos caberá à SEAP, que deverá encaminhar à empresa parceira a respectiva apólice da contratação;

Parágrafo quinto: A empresa ressarcirá à SEAP as despesas com seguro no prazo de cinco dias, a contar do recebimento da(s) apólice(s).

Parágrafo sexto: O descumprimento das obrigações dispostas nesta cláusula acarretará a impossibilidade de renovação do instrumento, sem prejuízo da aplicação de eventuais penalidades.

CLÁUSULA OITAVA – DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Os serviços prestados pelos internos não geram vínculo empregatício nem se sujeitam ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, na forma do artigo 28 e parágrafos da Lei Federal nº 7.210/1984 (Lei de Execuções Penais).

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

O presente acordo não envolve a transferência de recursos públicos entre os partícipes.

Parágrafo único: As ações resultantes deste ajuste que implicarem em transferência ou cessão de recursos públicos serão viabilizadas mediante instrumento apropriado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUSPENSÃO E DESLIGAMENTO

O desligamento dos Reeducandos do Projeto ocorrerá nos seguintes casos:

- I - a pedido da empresa, justificadamente;
- II - a pedido do Reeducando;
- III - por decisão judicial fundamentada;
- IV - em função do término da pena, a ser comunicado à empresa e ao TJBA, pela SEAP, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- V - em função do término do convênio/atividade;
- VI - nos demais casos em que a prestação do serviço se torne impossibilitada.

Parágrafo único: quando o desligamento for a pedido da empresa, a comunicação deve ser realizada à SEAP e ao TJBA, com dedução dos motivos, tendo em vista que o Reeducando encontra-se em processo de readaptação social.





CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

Este instrumento poderá ser alterado, por mútuo entendimento entre os celebrantes, durante a sua vigência, mediante termo aditivo, visando aperfeiçoar a execução dos trabalhos, exceto no tocante ao seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PUBLICAÇÃO

O prazo de vigência do presente Convênio é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, devidamente publicado seu extrato no Diário Eletrônico do Poder Judiciário, podendo ser prorrogado na forma da lei, havendo interesse e conveniência das partes, através de Termo de Aditamento, desde que justificado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

É facultado aos partícipes promover o distrato do presente acordo, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou a rescisão unilateral por iniciativa de qualquer deles, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, restando para cada qual, tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente acordo será, obrigatoriamente, destacada a colaboração dos celebrantes, observado o disposto no § 1º, do artigo 37, da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução do acordo, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento.

Parágrafo primeiro: É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução do acordo para finalidade distinta daquela do objeto pactuado, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

Parágrafo segundo: Os dados pessoais devem ser armazenados pelo prazo necessário para cumprimento de legislação aplicável ao serviço, especialmente prevenção à lavagem de dinheiro.

Amali

[Assinatura]





Parágrafo terceiro: As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução do acordo, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

Parágrafo quarto: A CASSIA MAGALI DE ALCÂNTARA SILVA EIRELI declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, aplicando e aprimorando as medidas de prevenção e proteção à segurança dos dados que manuseia, com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo TJBA.

Parágrafo quinto: A CASSIA MAGALI DE ALCÂNTARA SILVA EIRELI fica obrigada a comunicar ao TJBA em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

Parágrafo sexto: As partes têm conhecimento que as autorizações para tratamento de dados poderão ser revogadas, a qualquer momento, pela respectiva pessoa natural, mediante simples manifestação expressa, devendo as eventuais revogações de consentimento serem informadas uma a outra, a fim de que as devidas medidas sejam imediatamente adotadas.

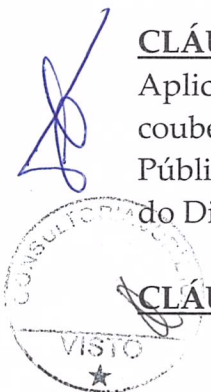
Parágrafo sétimo: O TJBA e a SEAP se comprometem a cumprir toda legislação aplicável à segurança da informação, privacidade e proteção de dados, devendo adotar as medidas para, nos termos do art. 8º da LGPD, obter o consentimento prévio dos titulares para tratamento de seus dados, quando for o caso.

Parágrafo oitavo: A CASSIA MAGALI DE ALCÂNTARA SILVA EIRELI responde solidariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do TJBA, salvo nos casos de exclusão previstos legalmente (art. 43 da Lei n. 13.709/2018).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplicam-se à execução deste Acordo, também, as Leis n.º 7.210/84, 12.106/09, no que couberem, a Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 96/09, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO





TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA

PA nº TJ-ADM-2022/11328

O extrato do presente instrumento será publicado no Diário de Justiça Eletrônico pelo TJBA, de acordo com o que autoriza a legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro da cidade de Salvador-Bahia para dirimir dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Termo, renunciando os partícipes a quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam os celebrantes o presente instrumento, em 3 (três) vias, para todos os fins de direito.

Salvador, 20 de abril de 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Des. Nilson Soares Castelo Branco
Presidente

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO
José Antônio Maia Gonçalves
Secretário

CASSIA MAGALI DE ALCÂNTARA SILVA EIRELI
Cassia Magali de Alcântara Silva
Sócia

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:



